

Monitor

mercantil

Rio de Janeiro, sábado, domingo e segunda-feira, 26, 27 e 28 de setembro de 2020

ANO CVII - Nº 28.719

R\$ 1,50 (Rio de Janeiro)

R\$ 3,00 (outros estados)

Siga twitter.com/sigaomonitor
Acesse monitormercantil.com.br



ISSN 1980-9123

Títulos em poder do BC fazem do Brasil o pior em dívida pública

Sustentabilidade da dívida e inflação são os maiores riscos no curto prazo em 16 mercados emergentes (ME), especialmente para o Brasil, Costa Rica, Índia, Turquia e Hungria. A análise foi feita pelos economistas da Euler Hermes, especialista em seguro de crédito.

O relatório aponta que os governos do Brasil, Tailândia, Índia, Turquia, Indonésia e Malásia devem efetuar o pagamento de mais de US\$ 50 bilhões de dívida pública até o final de 2022. O Brasil aparece com a pior classificação na Pontuação de Risco de Sustentabilidade da Dívida, devido a seu débito público muito elevado e aos títulos de dívida do governo mantidos pelo Banco Central.

“Há anos temos denunciado o funcionamento distorcido e danoso da política monetária exercida pelo Banco Central, que tem consumido centenas de bilhões de reais do dinheiro do orçamento federal anualmente. O Tesouro Nacional emite e entrega títulos da dívida pública ao BC sem contrapartida financeira, ou seja, o BC não paga por esses títulos”, explicou recentemente Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

O que o BC faz com esses títulos da dívida pública que recebe de graça do Tesouro? Segundo Fattorelli, a maior parte é destinada às chamadas “operações comprometidas”, instrumento que no Brasil tem sido desvirtuado e usado de forma abusiva pelo BC para, na prática, remunerar a sobre de caixa dos bancos, como o antigo overnight. “O volume dessas operações chega a cerca de 20% do PIB no Brasil, algo que não encontra paralelo em nenhuma parte do mundo”, exclama.

“O Tesouro paga juros ao BC sobre esses títulos. Só essa parte da ‘política monetária’ custou, nos últimos 10 anos, R\$ 2,79 trilhões, sendo R\$ 1,67 trilhão de renúncia financeira e R\$ 1,12 trilhão de juros que o Tesouro pagou ao Banco Central”, calcula a especialista.

Resgates superam investimentos no Tesouro Direto em R\$ 1,14 bi

O Tesouro Direto registrou mais resgates do que investimentos em agosto. Foram realizadas 419.578 operações de investimento em títulos do Tesouro Direto, no valor total de R\$ 2,22 bilhões. Os resgates chegaram a R\$ 3,36 bilhões, sendo R\$ 1,39 bilhão referente ao pagamento de juros semestrais. Dessa forma, houve resgate líquido de R\$ 1,14 bilhão.

As aplicações de até R\$ 1 mil representaram 66,48% das operações de investimento no mês. O valor médio por operação foi de R\$ 5.295,77.

Os títulos mais demandados foram os indexados à taxa Selic e os títulos indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais). Nas recompras, também predominaram os títulos indexados à Selic.

Desemprego deve passar de 20% ano que vem

Economistas cobram investimentos do Estado e taxaço sobre super-ricos

O Brasil deve passar por uma explosão de desemprego no cenário pós-pandemia, alertou o economista José Luiz Oreiro, da Universidade de Brasília (UnB). A taxa atual de desemprego encontra-se em torno de 13% graças à renda emergencial, explicou. Mas um contingente de milhões de brasileiros retornará ao mercado de trabalho, no mais tardar, a partir de 2021, quando a taxa de desempregados poderá ultrapassar 20%.

A afirmação foi feita em sessão temática online do Senado para discutir propostas para o Brasil no cenário pós-pandemia. A iniciativa foi do senador Rogerio Carvalho (PT-SE) e reuniu economistas da linha desenvolvimentista e heterodoxa, que se contrapõem aos chamados liberais, informa a Agência Senado.

Oreiro explicou que uma resposta a esse cenário só poderá sair da retomada mais vigorosa dos investimentos públicos. Isso porque o setor privado ainda está marcado por uma grande ociosidade industrial, e o consumo das famílias estará ainda mais achatado.

“E para isso tem que se tirar o teto de gastos. Isso não vai nos le-



Fagnani calcula em arrecadação de R\$ 290 bi sobre 600 mil contribuintes

var ao abismo fiscal porque, nas condições atuais da economia, é inclusive possível que tenhamos uma expansão fiscal que se pague a si mesma. É assim que o Brasil vai se livrar do problema fiscal, não é cortando gasto com salários ou investimentos”, defendeu Oreiro.

A flexibilização das regras fiscais também foi defendida por Guilherme Mello, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O economista ressaltou que o incremento do investimento público, junto com a taxaço dos chamados super-ricos, é o que poderá diminuir a enorme desigualdade social brasileira.

A instituição de um imposto sobre grandes fortunas (IGF) também foi defendida por outro economista da Unicamp durante o debate, Eduardo Fagnani. O economista assessorou partidos de oposição na elaboração de uma emenda emenda com esse fim na reforma tributária. A proposta, segundo ele, tem um potencial de arrecadação de R\$ 290 bilhões, ao mesmo tempo em que isenta quem ganha até 3 salários mínimos. “Esse projeto que apresentamos taxa mais apenas 600 mil brasileiros, 0,3% da população, enquanto isenta outros 11 milhões de baixa renda”, contabiliza Fagnani.



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR

Ministro Celso de Mello, do STF, antecipa aposentadoria

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou, nesta sexta-feira, aposentadoria antecipada e deve deixar a Corte em 13 de outubro. Mello está no STF desde 1989, quando foi nomeado pelo então presidente José Sarney. O ministro se aposentaria compulsoriamente em 1º novembro, ao completar 75 anos, idade máxima para manutenção de servidores públicos na ativa.

Com a decisão pessoal de Mello, caberá ao presidente Jair Bolsonaro indicar um ministro para vaga. Tal qual Donald Trump nos Estados Unidos, o temor é que Bolsonaro nomeie alguém fortemente iden-

tificado com ideias retrógradas. O indicado deverá ser aprovado pela Comissão de Constituição de Justiça do Senado e pelo plenário da Casa.

Ao se aposentar, Celso de Mello completa 50 anos no serviço público. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1969. Em 1970, foi aprovado em primeiro lugar no concurso público para promotor e ingressou no Ministério Público de São Paulo. Antes de ser nomeado para o Supremo, em 1989, ocupou o cargo de consultor-geral da República.

Fux marca julgamento sobre venda de subsidiárias

O presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, marcou para 30 de setembro, próxima quarta-feira, o julgamento em plenário sobre a criação de subsidiárias das estatais com o objetivo de alienação de ativos de empresas como a Petrobras sem aprovação legislativa.

O caso já teve início no ambiente virtual, mas pedido de destaque do ministro Fux levou a análise ao plenário presencial. No centro desse debate estão as vendas das refinarias Landulpho Alves (Rlam) e Paraná (Repar) e de outras seis subsidiárias da Petrobras em processo de venda.

No virtual, o julgamento foi interrompido com três votos (ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello) a favor da suspensão da venda de subsidiárias de estatais. Eles concordam que seria desvio de finalidade a criação de empresas menores para burlar a exigência legal de que o Congresso autorize a venda da estatal matriz ou de parte dela. Na modalidade presencial, zeram os votos e serão ouvidas as partes no processo (advogados do Senado, Petrobras, AGU etc.)

OPINIÃO

Não haverá arcanjos salvadores ou Colombos com um novo mundo

Edoardo Pacelli, página 2



Modelo de venda da Cedae deixa gastos com o Estado

Integrante do Movimento Popular de Favelas, Heitor Silva acredita que o modelo de privatização da Cedae será o mesmo já imposto aos trens e metrô.

“Os gastos públicos são bancados pelo estado e o lucro vai todo para as empresas privadas. Será assim, certamente, com os serviços de água e saneamento básico”, enfatizou.

Reunião online com o tema “Água e Saneamento são direitos e não mercadoria” foi realizada nesta sexta-feira pela Frente Parlamentar Contra as Privatizações e em Defesa da Economia, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

A deputada Mônica Francisco (Psol), presidente da Frente, lembrou que, “em média, quem mora em áreas sem água potável e saneamento básico ganha 85% menos do que os moradores que vivem em locais com acesso a esses serviços básicos”.

É preciso desconstruir o discurso que a privatização da Cedae vai gerar 28 mil empregos, acredita a educadora popular e representante da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Caroline Rodrigues.

OPINIÃO DO ESPECIALISTA

Como transformar demonstrativo de lucros e perdas em inovação

Marcelo Nicolau, página 7



COTAÇÕES

Dólar Comercial R\$ 5,5540

Dólar Turismo R\$ 5,5230

Euro R\$ 6,4660

Cotações das moedas fornecidas pela plataforma BomCâmbio

IGP-M 2,23% (julho) 2,74% (agosto)

IPCA-E RJ (fev.) 0,25% SP (set.) 1,32%

Iuan R\$ 0,8149

Ouro (gr) R\$ 327,50

Selic 2%

Hot Money 0,82% a.m.

LGPD produzindo efeitos. Por que se adequar?

A LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados finalmente começou a produzir efeitos no dia 18 de setembro de 2020 e, apesar das sanções administrativas previstas nos artigos 52 e seguintes só valerem a partir de agosto de 2021, existem razões e risco de sobra para garantir a adequação imediatamente.

Como já antecipei no parágrafo anterior, as temidas sanções administrativas previstas na LGPD em seu art.52, continuam com a eficácia suspensa até 1º de agosto de 2021, por disposição contida na Lei 14.010/2020, artigo 20, que alterou o art.65 da LGPD.

Em que pese neste momento não contarmos com a ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados e nem as sanções administrativas, todos os demais dispositivos da LGPD já estão produzindo efeitos, e a não adequação já traz consequências importantes.

A primeira questão que se coloca é o controle da não conformidade, que nesse momento inicial será realizado pelo Judiciário. A grande divulgação do tema pela mídia nos últimos dias e a necessidade de se discutir publicamente vários aspectos da lei são o fertilizante que faz crescer a consciên-

tização das pessoas sobre importância dos seus dados pessoais e a necessidade de se protegê-los.

Pela primeira vez as pessoas compreendem sua condição de “titular de dados” e percebem que há uma lei que define com clareza os direitos que lhes assistem. Temos, portanto, um cenário propício a diversos questionamentos judiciais ou administrativos, que, sem dúvida, trarão para as empresas grandes desafios. A falta de atendimento à solicitação do titular de dados, ou a falta de um plano de resposta e incidentes em caso de violação de privacidade, poderão resultar em graves danos à imagem ou à continuidade da atividade empresarial, independentemente da aplicação de multas, administrativas ou judiciais.

De outro lado, há uma exigência global de mercado para que empresas se adequem. Esta exigência não nova e já constava do art.25º da Diretiva 95/46/CE, que deu origem à GDPR – General Data Protection Regulation, vejamos:

Diretiva 95/46/CE
CAPÍTULO IV – Transferência de Dados Pessoais para Países Terceiros
Art.25º – Princípios – 1. Os Estados-membros esta-

belecerão que a transferência para um país terceiro de dados pessoais objeto de tratamento, ou que se destinem a ser objeto de tratamento após a sua transferência, só pode realizar-se se, sob reserva da observância das disposições nacionais adaptadas nos termos das outras disposições da presente diretiva, o país terceiro em questão assegurar um nível de proteção adequado.

A GDPR por sua vez reproduz o disposto no antigo artigo 25 em seu artigo 44:

É exigência do mercado adoção de práticas cada vez mais alinhadas à boa-fé

Princípio Geral para Transferências – Qualquer transferência de dados pessoais em tratamento ou destinados a tratamento após transferência para um país terceiro ou para uma organização internacional só terá lugar se, sob reserva das outras disposições do presente regulamento, forem cumpri-

das as condições estabelecidas no presente capítulo pelo controlador e processador, incluindo para transferências subsequentes de dados pessoais do país terceiro ou de uma organização internacional para outro país terceiro ou para outra organização internacional. Todas as disposições do presente capítulo devem ser aplicadas para assegurar que o nível de proteção das pessoas singulares garantido pelo presente regulamento não seja prejudicado.

Há um mapa de adequação produzido pela DLA Piper (dlapiperdataprotection.com), que dá uma visão geral do grau de adequação pelo mundo.

Nossa LGPD também dispõe de forma semelhante sobre a questão, no artigo 33:

CAPÍTULO V – DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Art. 33. A transferência internacional de dados pessoais somente é permitida nos seguintes casos:

I – para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei;

Diversos são os relatos de empresas dos mais diversos ramos de atuação, as quais

foram interpeladas por parceiros comerciais brasileiros e estrangeiros sobre a sua adequação, exigindo-lhes demonstração de conformidade para manutenção dos contratos existentes e para novas contratações.

Vê-se que a conformidade não deriva apenas da nossa LGPD ou em razão procedimentos fiscalizatórios e de sanções que em futuro próximo virão a ocorrer, mas também, e principalmente pela exigência do mercado de práticas cada vez mais alinhadas à boa-fé, ao respeito e proteção para com o titular de dados.

O conceito de governança corporativa foi atualizado, e seus requisitos passam agora a exigir medidas também no campo da segurança da informação. Se a informação é a mais nova commodity de nossa sociedade informacional, a transparência é o mais importante certificado de qualidade que se pode apresentar.

É necessário avaliar o negócio, criar a conscientização da equipe, identificar os pontos de ajuste, criar políticas e regras claras para os procedimentos inerentes à atividade empresarial e estabelecer, de forma inquestionável, o comprometimento com os valores que definem

esse novo momento da sociedade.

A implementação de um programa de conformidade por equipe multidisciplinar, que reúna advogados especializados e equipe de TI, é essencial para garantir uma posição segura no mercado e estar preparado para as demandas que surgirão.

Por vezes observamos que, após implementado o programa, a empresa passa a dispor de um instrumento fundamental à tomada de decisões, qual seja, as informações que trata possui, mas agora estruturadas, organizadas, de forma que proporcionam maior conhecimento da operação.

Por fim, é preciso compreender que a adequação não é um custo. É um investimento que cria oportunidades de negócio, seja por colocar a empresa em destaque em um cenário em que poucos (ao menos no Brasil) ainda a possuem; seja por viabilizar a atividade da empresa com mais segurança, evitando os riscos e sanções decorrentes da aplicação da lei ou ainda; por viabilizar novos negócios ou a reestruturação do próprio negócio, o que acaba sendo possível após se conhecer todos os dados tratados.

□ **Walter B. Duque**
Advogado, sócio na AWD.

É a qualidade!

Conceitualmente, qualidade pode ser definida como a totalidade de características de um produto ou serviço que possuem a capacidade de atender a necessidade de um determinado cliente ou consumidor.

As características são especificações definidas como atributos do produto e estão relacionadas com as conformidades que definem o grau de concordância com as suas especificações, durabilidade, imagem e atendimento.

O verdadeiro critério de boa qualidade é sempre a preferência e a satisfação do consumidor e no ramo alimentício é o conjunto destas características contidas no alimento que consolida este conceito através do consumo de um alimento seguro e saudável.

Alta qualidade e preços menores é o binômio que as empresas almejam, pois os clientes estão cada vez mais exigentes e criteriosos, o que nos faz buscar incessantemente a excelência em qualidade equilibrando com preços acessíveis para aumentar a percepção e o interesse para nossos produtos.

Os princípios e as práticas exigidas devem integrar o sistema de gestão da qualidade das empresas, pois a qualidade é essencial, considerando que é impossível sobreviver no mercado sem ela.

O sistema de gestão da qualidade nas empresas é estabelecido pelos princípios e práticas exigidas, cujo objetivo do controle é a prevenção e o monitoramento da qualidade dos alimentos e dos processos que permitem obtê-lo, entregando um produto com as características esperadas para o consumidor.

A maneira adequada para a execução deste processo deve basear-se em padrões estabelecidos, monitorados e documentados, que validam os padrões e as especificações que os alimentos e as matérias-primas devem apresentar.

Essencial, considerando que é impossível sobreviver no mercado sem ela

A garantia de qualidade, sem sombra de dúvida, não pode ser uma escolha exclusiva das indústrias de alimentos de grande porte e sim a responsabilidade consciente em todas as etapas de toda e qualquer cadeia industrial, visando a proteção do consumidor e a vigilância contra possíveis riscos pela garantia e cumprimento da legislação vigente.

Este trabalho, que depende de rígidos controles em todas as etapas da cadeia, tem um só objetivo: entregar alimentos de qualidade e seguros ao consumidor, zelando pela saúde da sociedade, minimizando contaminações e riscos pelo controle higiênico-sanitário dos processos e produtos.

Para as empresas, cabe o foco na garantia da qualidade de processos e produtos e ao consumidor final, a satisfação de consumir produtos que lhes possibilitem a satisfação de uma boa e saudável refeição.

□ **Luís Machado**
Consultor em Qualidade.

Reconstruir um mundo novo

Em artigo recente, o sociólogo italiano Francesco Alberoni insinuou a necessidade de reconstruir um mundo novo, alegando o desaparecimento da ideia, segundo a qual os homens têm uma tarefa a cumprir e recebem uma recompensa se o fizerem. Com efeito, afirma Alberoni, as religiões previram que, após o fim do mundo, chegaríamos ao nosso verdadeiro fim: a nova Jerusalém. Mais tarde, porém, mesmo que a esperança religiosa escatológica tivesse caído, durante, pelo menos, um século, os homens continuaram a sonhar com um futuro de perfeição, valendo a pena desgastar-se, lutando... A história foi uma longa marcha rumo à felicidade. Os positivistas eram todos, involuntariamente, messiânicos. E assim foram todos os seguidores das grandes ideologias totalitárias do século XX: comunismo, fascismo e nazismo.

Uma formulação da teoria da relatividade e das viagens espaciais, entretanto, fez com que essa imagem ilusória de nosso futuro desaparecesse. As conquistas espaciais nos mostraram que somente os planetas desertos são acessíveis ao homem. Até o início da era espacial, o homem imaginava que um dia decolaria da Terra, a bordo de uma nave espacial, para poder colonizar outros planetas, repetindo os mesmos passos de antigos navegadores visando descobrir novas terras, em nosso planeta.

Da viagem de Verne à Lua ao império galáctico de Asimov, toda a literatura de ficção científica foi baseada em um espaço livre, medido em parsecs (unidade de distância usada em trabalhos científicos de

astronomia, para representar distâncias estelares), que podia ser percorrido em qualquer direção. Mas, depois de Einstein, percebemos que o tempo necessário para encontrar estrelas com satélites habitáveis seria da ordem de milhares de anos. E, após a globalização, tornamo-nos cientes de que estamos presos neste pequeno planeta e que não haverá arcanjos salvadores ou novos Colombos para nos brindar com novos mundos albergando felicidade.

Não haverá arcanjos salvadores ou Colombos para nos brindar com novas terras

Surge, assim, um sentimento de desconfiança, de impotência e de tristeza, visto que percebemos que não podemos alargar os nossos horizontes. Nós nos limitamos, no máximo, a alcançar novos objetivos técnico-científicos, conquistando e aprimorando nossas relações políticas, econômicas e sociais, através, por exemplo, de novas bandas largas, para melhorar as redes web. Pretendemos recorrer a novos níveis de atenção à saúde, aprovar legislações ecológicas, que nos permitam salvar a natureza, de forma mais eficaz, leis que sejam capazes de reduzir as desigualdades e o ódio.

Tudo isso nos leva a ver como é difícil, senão impossível, imaginar, muito menos realizar, a utopia de um novo mundo livre e, sobretudo,

feliz, fruto de um processo de redenção de situações de sofrimento. Agora, temos que fazer um esforço, porque tentar reconstruir um novo mundo é uma tarefa majestosa e extremamente difícil.

Francesco Alberoni nasceu em 1929, em Piacenza, Itália. Licenciado em Medicina pela Universidade de Pavia, estudou psicanálise e estatística, tendo desenvolvido investigação no campo das probabilidades. Tornou-se professor de sociologia em 1964, primeiramente em Milão, a que se seguiu Trento, Catania, Lausanne e novamente Milão. Desenvolveu uma teoria dos movimentos coletivos, patente nos seus livros *Estado Nascente* (1968) e *Movimento e Instituição* (1977). Alberoni explica o processo histórico como o resultado de dois tipos de forças: por um lado, as utilitárias e econômicas, que transformam e inovam mas não criam solidariedade social; e, por outro lado, as representadas pelos movimentos, que só podem surgir da solidariedade social.

Alberoni adquiriu renome mundial após a publicação de *Enamorado e Amor* (1979), o seu livro mais traduzido e mais vendido. Foi como estudioso do sentimento amoroso que Alberoni encontrou popularidade. Ao dedicar-se a um tema comum até então desprezado pela sociologia, Alberoni levou esta ciência até junto dos leigos, fato pelo qual é louvado por uns e criticado por outros.

□ **Edoardo Pacelli**
Jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), é editor da revista Italiamiga.

Acúrcio Rodrigues de Oliveira (em memória)
Diretor-Presidente

Marcos Costa de Oliveira
Diretor de Redação

Monitor mercantil

Empresa jornalística fundada em 1912

Administração/Redação/Oficinas
Rua Marçílio Dias, 26 - CEP 20221-280
Telefone: (21) 3849-6444

Correio eletrônico
Redação:
redacao@monitormercantil.com.br
Negócios e Empresas
empresas@monitormercantil.com.br
Monitor Financeiro:
monitorfinanceiro@monitormercantil.com.br
Pautas:
pautas@monitormercantil.com.br
Cartas:
cartas@monitormercantil.com.br
Publicidade:
publicidade@monitor.inf.br
Gráfica:
grafica@monitormercantil.com.br

São Paulo
Administração/Redação/Comercial
Avenida São Gabriel, 149/902
Itaim - CEP 01435-001
Telefones: (11) 3165-6192
(11) 3165-6233 / 3165-6252
Fax: (11) 3168-6817
Correio eletrônico: monitor.interpress@hipermetelecom.com.br

Brasília
Armazém de Comunicação
SCS - Ed. Denasa S/1301
Tel/Fax: 61-33213440
CEP: 70398-900
e-mail: armazem@armazemdecomunicacao.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Adhemar Mineiro
João Paulo de Almeida Magalhães
(em memória)

José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Raulfo Vidigal Ribeiro
Theotonio dos Santos
(em memória)

Filiado à



Assinatura: assinatura@monitormercantil.com.br

Assinatura trimestral	R\$ 99,00
Assinatura semestral	R\$ 198,00
Assinatura anual	R\$ 396,00
Avulso (RJ)	R\$ 1,50
Avulso (outros estados)	R\$ 1,80

Carga tributária aproximada de 14%

Distribuidor em Brasília: Mídia Distribuidora de Jornais Ltda.
ADE 28 Lote 11 Águas Clara
CEP: 71991-360 - Brasília - DF
Tel.: 55(61) 3204-0888 - Fax: 55(61) 3204-0801
midiadistribuidora@grupomidia.com.br / www.grupomidia.com.br

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal
Serviços noticiosos: Agência Brasil, Latino Americana

Avaliação melhora com menos alimentos?

Ajuda emergencial não sustentará avanço na aprovação de Bolsonaro

Metade dos brasileiros cortou gastos com alimentos. É o que apontou a Pesquisa Exame/Ideia, realizada entre 21 e 24 de setembro, com 1.200 em todo o Brasil. Ainda segundo o levantamento, a avaliação do governo começa a emitir sinais de possíveis impactos negativos da deterioração do poder de compra (redução do auxílio + inflação de alimentos). O recuo de R\$ 600 para R\$ 300 na ajuda emergencial e a brusca redução no número de beneficiados também contribuíram negativamente.

A situação tende a piorar com o preço de produtos como arroz e óleo de soja aumentando durante a pandemia. No momento, além de um possível novo au-

mento nos valores, há risco de que esses e outros itens faltem nas prateleiras devido a problemas na produção das embalagens. Segundo o site Tribuna Online, de acordo com João Falqueto, presidente da Associação Capixaba de Supermercados (Acaps), há uma preocupação de escassez dos produtos por conta de falta de insumos para a produção de embalagens, que estão ficando mais caras de se produzir. Ele classificou o aumento de preço nos produtos como “inevitável”.

A pesquisa aponta que para a maioria da população (56%) o arroz está muito mais caro e houve diminuição de consumo. Para a população mais pobre esse número atinge 75%, quase 20 pontos percentuais acima da média. A expectativa é majoritária (55%) que o arroz e alimentos seguirão aumentando. Os mais pobres são os mais pessimistas (75%).

A percepção de aumento de custo é significativamente maior que os índices de inflação oficiais (72%) e principalmente (78%) entre os mais pobres. Diante des-

se contexto, lazer/turismo (66%) e serviços em geral (57%) lideram os itens de corte despesas. Com destaque para os jovens (70%) do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Responsável

O responsável principal, segundo a pesquisa, é a política econômica do governo (41%) e entre os mais pobres esse patamar salta para 51%. Quando o assunto é reforma administrativa e Renda Brasil, o país está tecnicamente dividido entre congelar recursos dos aposentados para financiar o programa: 44% concordam com o presidente Jair Bolsonaro quando ele vetou o Renda Brasil (“cartão vermelho”), pois para isso seria necessário retirar recursos utilizados para o pagamento de aposentados; 38% discordaram.

Os que aprovam o presidente Jair Bolsonaro formam o grupo mais alinhado com o anúncio do presidente (59% a favor da declaração). Quando indagados sobre a fonte de recursos para um programa de renda básica, é esma-

gadora (73%) a percepção que deve se cortar privilégios de políticos. Entre os mais pobres esse índice chega a 80%. A percepção que a classe política vive em outra realidade segue firme no Brasil.

O ótimo/bom do governo oscilou negativamente de 35% para 34%, enquanto a parcela da população que avalia o governo em ruim/péssimo saltou de 35% para 39% no período. Já a aprovação do governo também mostrou fraqueza ao sair de 40% para 35% a parcela de quem aprova a administração do governo Bolsonaro. A parcela dos que desaprovam oscilou de 40% para 43%.

O pior desempenho na popularidade do governo foi observado de maneira mais marcante entre o público feminino (47% de ruim/péssimo) e nas classes de menor renda (54% dos que recebem até um salário mínimo desaprovam o governo, vindo de 43% há um mês), refletindo um possível impacto negativo da redução do auxílio emergencial combinado com o aumento do custo dos alimentos.

Déficit artificial nos Correios

Em 2010, os Correios dispunham de mais de R\$ 6 bilhões em caixa. Como chegou no déficit que hoje é usado como desculpa para privatização? A abrupta implantação da norma contábil CPC-33, que exigiu a contabilização antecipada de verbas que as empresas só dispenderiam de fato muitos anos à frente e que sempre eram contabilizadas no momento em que ocorriam e não antecipadamente, originou esse déficit, segundo a Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap).

A Caixa Econômica Federal também sofreu com a norma, inclusive, “teve dificuldades com risco de desequilíbrio nas regras de Basileia. Mas, como banco no Brasil é sempre o melhor negócio do mundo, a Caixa conseguiu superar relativamente bem a situação. Já os Correios, que não são um banco, sofreram um impacto fortíssimo em seu balanço, que originou o déficit até hoje utilizado para tentar justificar a intenção de privatização. Importante lembrar ainda que não se trata de um déficit que vem sendo ampliado, mas sim o contrário, posto que os Correios registraram lucros nos últimos exercícios”, frisa a Adcap.

Labirintos da administração

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu razão à Advocacia-Geral da União (AGU) em ação relativa à suspensão de pagamento de adicionais aos servidores públicos em razão do trabalho remoto implantado com a pandemia. As associações de servidores entraram na Justiça questionando instrução normativa do Ministério da Economia que suspendeu temporariamente o pagamento dos adicionais ocupacionais, noturno e da gratificação por atividades com raio-X, em meio às medidas de prevenção do coronavírus.

A questão parece simples aplicação de lógica: se não realiza trabalho noturno e insalubre, não há razão para receber adicionais. Mas acaba sendo um exemplo dos labirintos trabalhistas no setor público. Sem querer defender abusos, muitos adicionais são concedidos para driblar restrições à concessão de reajustes salariais. E a “gambiarra” acaba se prolongando sem que ninguém nem lembre mais o motivo.

O Judiciário, aliás, tem exemplo recente: o pagamento do auxílio-moradia a juízes, desembargadores e ministros era uma forma de contornar a falta de reajuste dos polpudos vencimentos. Uma liminar nunca julgada garantia a benesse, que só foi suspensa após um reajuste. E o auxílio-moradia recebido, imoral mas que nem foi declarado legal ou ilegal, nunca foi devolvido.

Consultor individual

O consultor Luiz Affonso Romano continua a preparar executivos em transição de carreira, aposentados e reformados da carreira militar que desejam migrar para a consultoria. Com a pandemia, os atendimentos são individuais e com máscara e distanciamento, obedecendo as recomendações da OMS. Detalhes em laboratoriodaconsultoria.com.br/seja-um-consultor

Guedes agradece

A promoção “muito cacique e nenhum índio” na AGU e a resistência dos peritos do INSS – ainda que possam ter seus motivos – em voltar ao trabalho, deixando pessoas humildes sem renda, fizeram mais contra o funcionalismo do que mil ataques do Paulo Guedes.

Rápidas

Por ocasião do 71º Aniversário da República Popular da China, a Embaixada da China no Brasil realizará o concerto online “China-Brasil: Vencendo distâncias, unidos pelo futuro”, com apresentação de orquestras de ambos os países tocando, juntas, canções chinesas e brasileiras. Será neste sábado, às 11h, no canal oficial no Youtube (youtube.com/channel/UCNU0bcWx6pq91s-jrAR5vwEw) *** Aasp realiza nesta segunda-feira, 9h, o webinar “A atividade legislativa do Poder Executivo no Estado Democrático de Direito”. Inscrições: aasp.org.br/eventos *** A Agenda EDU se uniu ao Grupo Eleva Educação para conectar as escolas com as melhores soluções pedagógicas, administrativas e operacionais *** Caio Barsotti, presidente do Cenp; Gilberto Corazza, vice da Turner Ad Sales; Luís Franco, diretor da Squadra WPP; e Juedi Andari, diretor da Eletromidia, falarão sobre as soluções para o futuro da indústria de mídia em meio à atual pandemia, nesta terça-feira. O debate, promovido pela ABMN em parceria com o curso de Publicidade da UVA-Campus Tijuca, acontece a partir das 19h, no Canal da CasaCom Conecta no Youtube (youtube.com/channel/UCm3T-SP7n4fciBnYL_IdgzQ).

Brasil ultrapassa 140 mil mortes provocadas pelo coronavírus

O Brasil ultrapassou a 140 mil mortes provocadas pela covid-19 e aproximou-se de 4,7 milhões o número de pessoas infectadas com o coronavírus desde o início da pandemia. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Saúde no início da noite desta sexta-feira (25), na atualização diária publicada pela pasta. Ainda de acordo com a atualização, 508.127

pacientes estão em acompanhamento. O número de recuperados da covid-19 chega a 4.040.949. Isso representa 86,2% do total de infectados pelo novo coronavírus.

No município do Rio de Janeiro a taxa de ocupação dos leitos de unidade de terapia intensiva na cidade foi considerada crítica no boletim Observatório Fio-

cruz Covid-19, divulgado. Segundo dados coletados no dia 21 de setembro, o Rio apresentava 86% de ocupação, percentual classificado como de alerta “vermelho” pela pesquisa.

A cidade chegou a 100.045 casos confirmados de covid-19 desde o início da pandemia, segundo boletim da Secretaria Estadual de Saúde divulgado na tarde

desta sexta-feira. O Estado do Rio de Janeiro soma 259.488 casos, com 18.266 óbitos e 236.273 pacientes considerados recuperados.

Na cidade do Rio de Janeiro, a pandemia já fez 10.793 vítimas. Em relação ao balanço divulgado na quinta-feira (24), foram acrescentados mais 163 casos confirmados da doença e 63 novas mortes.

Avaliação de Mandetta sobre Bolsonaro: ‘Muito covarde’ e ‘muito pequeno’

A fala em que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) incentivou apoiadores a invadirem hospitais ao redor do país sob a alegação de que estariam vazios, foi fortemente criticada pelo ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta em uma live com o presidente do conselho deliberativo do Hospital Albert Einstein, Claudio Lottenberg.

“Primeiro o presidente quis colocar a culpa na China, mas falaram para ele recuar pois dependemos economicamente deles. Depois tentou culpar a OMS (Organização Mundial da Saúde), vital para nosso in-

tercambio de saúde, mau negócio. Depois brigou comigo dizendo que os números estão inflados. Ele vai brigar com o planeta Terra para culpar alguém, agora fala dos hospitais. Covarde, muito covarde. Muito pequeno, muito tacanho”, afirmou o ex-ministro.

Mandetta também criticou a presença de militares no Ministério da Saúde, alegando que no momento “temos uma ocupação militar no ministério”. Ele também disse que a lógica militar não condiz e não é ideal para o órgão. “O que está na cabeça do militar é a promoção militar, que se dá

a prestar serviços para seus superiores. Os militares não têm formação técnica. São bons para organizar os eventos, as guerras, mas são pouco afeitos a sistemas de saúde.”

Luiz Henrique Mandetta lançou nesta sexta-feira o livro “Um Paciente Chamado Brasil”, no qual fala sobre os 87 dias finais de sua gestão à frente da pasta. No relato, lembra os problemas enfrentados para combater a pandemia e bastidores do governo. Em um dos capítulos, Mandetta acusa o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, do que ele chamou de “pecado mortal” na política.

O ex-ministro afirma que, em 2016, quando Onyx era deputado e relator das “10 medidas contra a corrupção”, ele lhe confessou ter gravado parlamentares durante uma reunião na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) para depois tentar compromê-los. Lembra que na ocasião Onyx era pressionado por parlamentares para alterar o texto original, proposto por procuradores da Lava Jato. Mandetta escreveu que Onyx lhe mostrou a gravação e fez ameaças aos parlamentares de que, se a pressão continuasse, iria vazá-la para a imprensa.

JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA
Edital de Primeiro e Segundo Leilão Eletrônico e Intimação a LUCIANO TORRES DA SILVA, CPF nº 004.002.057-69,
com o prazo de 05 dias extraído nos autos da Execução de Título Extrajudicial,
movida por SANTA ISABEL INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA contra LUCIANO TORRES DA SILVA,
PROCESSO nº 0029327-62.2008.8.19.0209 (2008.209.029170-3), passado na forma abaixo:
A DOUTORA BIANCA FERREIRA DO AMARAL MACHADO NIGRI, JUÍZA DE DIREITO EM EXECUÇÃO DA 1ª VARA CÍVEL REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente o executado, que no dia 07/10/2020, com início às 14:00 horas, pelo site de leilões: www.machadoleiloes.com.br, conforme inciso II do Art.879, parágrafo 1º do Art. 882 do CPC e parágrafo único do Art. 24 do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 25/2020, pela leiloeira pública NORMA MARIA MACHADO, matrícula nº 036, estabelecida na Av. Erasmo Braga, nº 227, Gr. 704, Centro - RJ, tel. 2533-7978, email:normamachado@uol.com.br, será apreçoado e vendido por meio do leilão eletrônico, a quem mais der acima do valor da avaliação, e, caso não haja licitantes, fica desde já designado o dia 21/10/2020, no mesmo horário e local, para a venda a quem mais der independente do valor da avaliação, o DIREITO E AÇÃO à aquisição do imóvel objeto do Termo de Penhora às fls. 62, descrito e avaliado às fls. 149/150, identificado como Apartamento 706 do Edifício denominado Residencial Pablo Picasso, situado na Rua Guernica, nº 100, no Recreio dos Bandeirantes, tendo sido o Executado intimado às fls. LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA DE FLS. 149/150: Imóvel – Apartamento 706, do empreendimento, “Residencial Pablo Picasso” da Rua Guernica, nº 100, na Freguesia de Jacarepaguá, com direito ao uso indistinto de 01 (uma) vaga de garagem situada no subsolo, e as correspondentes frações ideais de 11,406/1.341.025 para o apartamento e de 1.500/1.341.025, para a vaga do respectivo terreno, designado por lote M-23 do PAL 34.291, devidamente dimensionado, caracterizado e registrado, sob a matrícula nº 256.951 do cartório do 9º Ofício do Registro Geral de Imóveis. Edifício – Condomínio Residencial Pablo Picasso, ocupação residencial, construção moderna, constituído de dez pavimentos, sendo cinco unidades por andar. Fachada avarandada revestida em argamassa pintada de branco e bege. Edifício cercado de grades de alumínio na cor preta. Hall social decorado, com piso porcelanato, acabamento em argamassa pintado de vermelho e com sala de recepção. Dispõem de total infra estrutura de lazer e segurança: piscina, sauna, academia, salão de festa, quadra poliesportiva, parquinho e estacionamento para visitante. É servido por dois elevadores por coluna. Apartamento 706, localizado na parte dos fundos. Área edificada com aproximadamente 83,00m². Inscrição imobiliária nº 3.040.431-3. AVALIO o direito e ação do imóvel acima descrito em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sendo atualizado na data de expedição do presente edital para R\$ 837.357,20 (oitocentos e trinta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos). Sobre a matrícula nº 256.951 constam em: R-16 - PROMESSA DE COMPRA E VENDA, pela escritura de 28/11/2002, lavrada no 1º Ofício de Notas, livro 4661, fls.175, prenotada em 22/03/2007, sob o nº 1106392, fls.7v do livro 1-FV., sendo promitente vendedora a autora da execução e o promitente comprador o executado; R-17 - O registro da penhora em primeiro grau dos direitos à compra do imóvel, para garantia da dívida, oriunda do presente feito. Cumpre informar que o imóvel apresenta débito da Taxa de incêndio (Funesbom) no valor de R\$ 96,45, referente ao exercício de 2019, e débitos existentes para a aquisição e quitação do imóvel cobrados na presente Ação, no valor de R\$ 576.442,18, conforme a planilha apresentada às fls. 331, e débitos existentes para a aquisição e quitação do imóvel que não estão sendo cobrados na presente Ação, mas que serão apresentados no ato do Leilão. Sobre o imóvel não constam débitos de IPTU e de taxas condominiais. Ficam cientes os interessados na aquisição que o arrematante se sub-rogará em todos esses encargos vinculados ao imóvel, caso o produto da venda não seja suficiente para satisfação do crédito da autora da ação. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente Edital que será publicado e afixado no Atrio do Fórum na forma da Lei, ficando o executado também pelo mesmo intimado da hasta pública, suprida desta forma a exigência contida no Art. 889, parágrafo único, do CPC. Cientes os interessados: I) que os horários considerados neste edital são sempre os horários de Brasília/DF; II) que, para participar do leilão oferecendo lances pela internet, deverão previamente no prazo de 24 horas antes do início do pregão efetuar o seu cadastro pessoal no site da leiloeira (www.machadoleiloes.com.br); III) que, para formalizar o seu lance, ficam igualmente cientes os interessados de que a arrematação far-se-á com dinheiro à vista, conforme Art. 892 do novo CPC, mais a comissão de 5% a leiloeira, tudo calculado sobre o valor da arrematação, adjudicação ou remição e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. Dado e passado nesta Cidade do Rio de Janeiro aos deztoito dias do mês de agosto de 2020. Eu, Bianca Orosco Bullaty, Mat. 01-18828, Chefe da Serventia, o fiz datilografar e subscrevo. (as.), BIANCA FERREIRA DO AMARAL MACHADO NIGRI, Juíza de Direito.

MEIO AMBIENTE

Ana Rita Albuquerque



O Fundo Clima em debate no STF

Coincidindo com o Dia da Árvore, 21 de setembro, iniciou-se no Supremo Tribunal Federal (STF) a audiência pública coordenada pelo relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 708, ministro Luís Roberto Barroso, na qual o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Rede Sustentabilidade apontam suposta omissão do Governo Federal por não adotar providências para o funcionamento do Fundo do Clima, instituído pela Lei 12.114/2009.

A demanda visa obrigar a União a adotar as medidas administrativas necessárias para reativar o funcionamento do Fundo Clima que, segundo a inicial, se encontra contingenciado, inclusive determinando à União, através do Ministério do Meio Ambiente, a apresentar o Plano Anual de Aplicação de Recursos do Fundo Clima para 2020 bem como para os anos subsequentes.

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, também conhecido como Fundo Clima, foi criado pela Lei 12.114, de 9 de dezembro de 2009 – portanto, há quase 10 anos – e tem por finalidade promover atividades de financiamento de políticas que busquem mitigar as emergências climáticas.

O Fundo Clima também é citado na Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), como um dos instrumentos da PNMC (art. 6º). O arcabouço legal é a base para cumprimento das metas do Acordo de Paris firmado em dezembro de 2015 durante a COP21 (a 21ª Convenção das Partes sobre Mudança do Clima) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que busca manter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C (em relação aos níveis pré-industriais), fazendo esforço para limitá-lo a 1,5°C.

O acordo entrou em vigor em 4 de novembro de 2016 e até hoje, dos 196 países que fazem parte da Convenção, 180 ratificaram o acordo, entre eles o Brasil. Com o acordo, cada país estabeleceu sua meta. A do Brasil traz o compromisso de, até 2025, reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 37% em relação ao nível registrado em 2005. A fim de alcançar a meta, o Brasil pretende adotar medidas que incluem, entre outras: alcançar, na Amazônia brasileira, zero desmatamento ilegal até 2030 e compensar as emissões de gases de efeito estufa da supressão legal de vegetação até 2030; restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas; restaurar mais 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030 e a melhoria de 5 milhões de hectares de sistemas integrados de lavoura-pecuária-floresta (ICLFS) até 2030.

A audiência pública foi encerrada no dia 22 de setembro, e foram ouvidos representantes de organizações não governamentais, de institutos ambientais, representantes dos órgãos públicos e pessoas ligadas às atividades empresariais. Muitos apresentaram estatísticas preocupantes sobre o avanço do desmatamento na Amazônia especialmente nos últimos dois anos. Houve denúncia sobre a existência de grupos organizados para o desmatamento e que são capazes da matar quem defende a floresta. Foi ressaltado o declínio da biodiversidade e a necessidade de proteção da natureza para diminuir as emissões do efeito estufa.

Ao final o ministro Barroso observou que o Brasil está entre os sete maiores emissores de gases de efeito estufa. Porém, diferentemente de outros países em que as emissões, mesmo problemáticas, estão associadas ao progresso e ao consumo, no caso brasileiro elas decorrem de atividades criminosas como desmatamento, extração ilegal de madeiras, mineração ilegal e grilagem de terras. Destacou ainda que, apesar de o desmatamento na Amazônia nos últimos 50 anos ter sido de cerca de 20% de seu território, o PIB da região permaneceu estagnado em torno de 8% desde o final dos anos 1970. Segundo ele, um ativo valioso como a Floresta Amazônica está sendo destruído, sem desenvolvimento humano e sem melhoria das condições de vida das 25 milhões de pessoas que habitam a região (portal.stf.jus.br/listagem/listarNoticias.asp?termoPesquisa=FUNDO%20CLIMA).

O ministro disse ser consenso que o Fundo do Clima, ao viabilizar estudos, projetos e empreendimentos de preservação da floresta, tem papel importante no atingimento das metas de redução de emissões assumidas pelo país. Por fim observou que não há incompatibilidade entre a preservação da floresta e o agronegócio e que ambos são prejudicados por atividades ilegais. “Para resolvermos nossos problemas, precisamos fazer diagnósticos corretos, e não criar uma realidade imaginária paralela. Olhando para frente, todos, governo, ONGs, acadêmicos e empresas, têm a posição de que a floresta de pé vale mais que a derrubada”, concluiu o referido ministro da suprema corte.

Resta aguardar o trâmite da demanda no STF e, entretanto, a melhoria das políticas públicas em matéria ambiental no Brasil. De fato, são preocupantes os atuais níveis de queimadas na Amazônia Legal e no Pantanal Mato-Grossense, com enormes perdas de biodiversidade, gerando prejuízo para o clima do planeta e para a saúde de todos. Os dados recentemente divulgados, apesar de o inquérito não haver sido concluído pela Delegacia do Meio Ambiente, revelam que 90% das queimadas são provenientes de ações humanas voluntárias ou involuntárias, especialmente em médias e grandes propriedades rurais.

A única certeza que resta é a de que não há tempo a perder, nem mesmo para aguardar a decisão do STF. Espera-se que antes disso ocorram ações conjuntas e efetivas por parte dos governos federal, estaduais e municipais com a participação de toda a sociedade para a destinação e aplicação do Fundo Clima em projetos e ações sustentáveis.

Sem verbas ciência não desenvolve o país

Pela proposta orçamentária de 2021, elaborada pelo governo federal e em análise no Congresso Nacional, o Ministério da Ciência e Tecnologia terá para investimento R\$ 2,7 bilhões, sem contar os já esperados bloqueios que serão impostos no correr do ano. Se os parlamentares confirmarem a cifra, os cofres do ministério continuarão indo ladeira abaixo. Para o ano atual, como comparação, o valor reservado no Orçamento federal é de R\$ 3,7 bilhões. No ano passado, foi de R\$ 5,7 bilhões.

“Quando a pandemia chegou, o Brasil foi pego no contrapé. Para enfrentá-la, é preciso ter dinheiro que garanta laboratórios equipados e pessoal qualificado. Em vez disso, o que temos é o desmonte de muitas das nossas instituições por falta de recursos financeiros”, afirma o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira.

Embora haja algum dinheiro privado, o grosso do setor científico no Brasil é custeado pelo governo. Os cientistas trabalham majoritariamente nos institutos públicos de pesquisa e nos programas de pós-graduação das universidades federais e estaduais, em áreas tão distintas quanto as relacionadas a fármacos e agronegócio, aeronáutica e petróleo, satélite e biocombustível, meio ambiente e defesa.

As principais fontes de recursos dos cientistas brasileiros provêm do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Igualmente importante é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligada ao Ministério da

Educação. Todas essas fontes deverão ter menos recursos para distribuir em 2021.

“Se os cortes previstos para 2021 forem mesmo implementados, haverá impacto nos programas de bolsas, tanto na pós-graduação quanto na educação básica, e isso afetará bastante os programas de fomento à pesquisa” alerta o presidente da Capes, Benedito Aguiar.

Atualmente, a Capes concede bolsas a quase 100 mil pesquisadores. O CNPq financia perto de 80 mil bolsistas - quase 25% a menos do que em 2014, quando havia 105 mil bolsistas.

Ainda na esfera federal, instituições de referência também sofrem com a perda de recursos, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura.

Os governos estaduais têm suas próprias agências de fomento à ciência. A mais tradicional delas é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que, da mesma forma que as entidades federais, está lutando para não perder verbas.

Diante do risco de a ciência ter ainda menos dinheiro em 2021, entidades da área se reunirão na semana que vem com senadores e deputados federais para mostrar o estado em que os laboratórios e as pesquisas se encontram. Os cientistas esperam convencer os parlamentares a alterar a proposta orçamentária e destinar mais recursos para o setor.

O Ministério da Ciência e Tecnologia foi criado em 1985, logo após o fim da ditadura militar. Em 1988, a atual Constituição brasileira foi uma das primeiras no mundo a dedicar um capítulo específico à ciência. Um dos dispo-

sitivos constitucionais diz que a pesquisa científica receberá “tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público”.

Desde então, o impulso mais significativo foi dado após a virada do ano 2000, primeiro com a criação de novas universidades federais e a expansão das já existentes e depois com o programa Ciência sem Fronteiras, que oferecia bolsas para brasileiros estudarem e pesquisarem no exterior. As verbas federais para o setor científico chegaram ao auge em 2015. Depois disso, só caíram. O Ciência sem Fronteiras foi encerrado em 2017.

Uma das consequências da falta de verbas é a fuga de cérebros. Para se dedicar à sua pesquisa, um bolsista de mestrado recebe R\$ 1,5 mil mensais. Um bolsista de doutorado, R\$ 2,2 mil. Os valores não são reajustados desde 2013. Por causa disso, muitos pesquisadores preferem se mudar para instituições estrangeiras. Outros acham financeiramente mais vantajoso simplesmente abandonar o mundo acadêmico.

É certo que a arrecadação do poder público tem diminuído nos últimos anos e que a pandemia também provoca impacto negativo na economia e nas receitas do governo. Mesmo assim, cientistas e parlamentares dizem que, havendo vontade política, é possível, sim, poupar o setor científico de grandes perdas orçamentárias. O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, diz: “Os governantes, de forma geral, só atuam pensando na próxima eleição, e não nas próximas gerações. Preferem investir em programas que tragam resultados imediatos e tenham bastante visibilidade, garantindo votos. A ciência não é assim. Os resultados científicos que vemos hoje

costumam ser fruto de anos de investimento e nem sempre podem ser mostrados na propaganda eleitoral. Isso ajuda a explicar o descaso com a ciência”.

Izalci é autor de um projeto de lei que proíbe o contingenciamento dos recursos do FNDCT (PLP 135/2020). Para este ano, do montante de R\$ 5,2 bilhões, está prevista a liberação de meros R\$ 600 milhões, ficando o restante contingenciado. O dinheiro do FNDCT não se origina do orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia, mas sim de parte da arrecadação de uma série de tributos federais. Entre 2004 e 2019, o fundo financiou mais de 10 mil projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, inclusive em empresas como a Embrapa e a Embraer.

O senador apresentou o projeto em maio. Diante das claras dificuldades da ciência brasileira para fazer frente à pandemia, os senadores o aprovaram praticamente por unanimidade (71 votos favoráveis e 1 contrário) em agosto. O projeto agora está na Câmara dos Deputados.

Na avaliação do presidente da SBPC, o que tem acontecido nos últimos governos federais é um “terraplanismo econômico” - expressão que faz referência aos negacionistas que vão contra a ciência e o próprio bom senso e dizem acreditar que a Terra é plana, e não redonda. Ildeu de Castro Moreira explica: “Trata-se de uma visão estreita que predomina na área econômica do governo. Isso já existia no último governo e está se acentuando neste. São gestores que colocam a questão financeira acima de tudo e vão cortando recursos onde puderem, olhando apenas os números, sem se importar se os setores são estratégicos para o país.

UNITAXI - Cooperativa Central de Serviços das Cooperativas de Táxi Ltda.
CNPJ 26.132.312/0001-42
Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária
O Conselho de Administração, no uso de suas atribuições, convoca suas 04 (quatro) filiadas, no gozo de suas obrigações sociais, para Assembléia Geral Ordinária, dia 08 de Outubro de 2020, que se realizará na Rua Hercúlo Pena, 667, Cavalcante, às 7:00 horas em 1ª convocação, com a presença mínima de 2/3 das filiadas, ou às 8:00 horas em 2ª convocação com presença mínima de metade e mais uma das filiadas, ou às 9:00 horas em 3ª e última convocação com qualquer número de filiadas, em condições de votar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Prestação de contas dos exercícios de 2017, 2018, e 2019, acompanhado de Demonstrativo de Resultados e parecer do Conselho Fiscal; 2 - Eleições para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 28 de Setembro de 2020. Marcelo de Carvalho Reis. Diretor Administrativo. Severino Vicente de Lima. Diretor Financeiro. Ricardo Verardi Rodriguez. Diretor Comercial. Francisco José Ribeiro Leda. Diretor Operacional.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE QUEIMADOS PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº05.2020 2a CHAMADA
OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de materiais de consumo odontológicos (insumos), para atender às necessidades do Departamento de Saúde Bucal, conforme descrição e especificações do Termo de Referência – Anexo I e demais anexos. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 13/1247/2019 RETIRADA DO EDITAL: www.queimados.rj.gov.br ou Secretaria Municipal de Saúde de Queimados, Avenida Vereador Marinho Hemetério de Oliveira, 1170 – Vila Pacaembu – CEP: 26.323.292 – Centro, das 09:00 às 16:00 horas, mediante entrega de uma resma de papel A4 e carimbo contendo o CNPJ da Empresa. DATA / HORA: 13/10/2020 às 10:00 horas.
Livia da S. M. de Assis Quintanilha Pregoeiro

COMARCA DE ANGRA DOS REIS-RJ. JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL
EDITAL DE 1ª, 2ª LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO À WHALD DISNEY LIMA MEIRELES, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0011174-07.2014.8.19.0003) proposta por MARINA PIRATA'S S.A. contra WHALD DISNEY LIMA MEIRELES, na forma abaixo: A DRA. ANDRÉA MAURO DA GAMA LOBO D'EÇA DE OLIVEIRA, Juíza de Direito da Vara acima, FAZ SABER por este edital, aos interessados, que no dia 06.10.2020, às 13:15 horas, através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br do Leiloeiro Público RODRIGO LOPES PORTELLA, será apreçoado e vendido a quem mais der acima da avaliação, ou no dia 15.10.2020, no mesmo horário, através do site, pela melhor oferta, a Lancha denominada “Princess Carolina”, 37 pés, comprimento 11,18 metros.- Avaliação: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).- O edital na íntegra está afixado no Atrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

QUINTA VARA DE ÓRGÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DA CAPITAL
O MM. Juiz de Direito em exercício, Dra. Fernanda Xavier de Brito Juiz do Cartório da 5ª Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER a quantos este edital virem e sentença deste Juízo datada de 08.03.2019 nos autos da ação de Interdição nº 0260719-97.2016.8.19.0001 dele conhecimento tiverem, que foi decretada a CURATELA DEFINITIVA RELATIVA de TANYA CHAGAS PEREIRA, brasileira, divorciada, aposentada, portadora da carteira de identidade nº 013125292-4, expedida pelo Ministério do Exército, inscrita no CPF nº 225.288.067-87, residente na Rua Vicente de Souza nº 19, aptº 202, Botafogo, nesta Cidade, nascida em 18/02/1935, filha de Gashypo Chagas Pereira e de Conceição Garcia Chagas Pereira, Certidão de Casamento lavrada na 14ª CRCPN desta Cidade, às fls. 52v. Livro B-05-ESP, sob o nº 827. DECLARANDO-A RELATIVAMENTE INCAPAZ DE EXERCER, PESSOALMENTE, TODOS OS ATOS DA VIDA CIVIL, NA FORMA DO ART. 4º DO CÓDIGO CIVIL, DEVENDO SER REPRESENTADA, NA PRÁTICA DE QUALQUER DAQUELES ATOS, NÃO PODENDO, CONTUDO, A CURADORA ALIENAR, ONERAR BENS OU CONTRAIR DÍVIDAS EM NOME DA INTERDITANDA SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. E nomeada curadora da mesma a Sra. ALINE CHAGAS COELHO DA ROCHA WEAVER, brasileira, divorciada, serventúria da justiça aposentada, portadora da carteira de identidade nº 04101285-7, expedida pelo DETRAN/RJ, CPF nº 550.033.547-20, residente na Rua Dona Mariana nº 182/1504, Bloco 01, Botafogo nesta cidade

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

João Paulo de Azevedo Carneiro (CPF nº 110.698.457-95) DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ nº 36.864.992/0001-42). ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet) Seleccionar, no campo “Assunto”: Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB Seleccionar, no campo “Destino”: o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo BANCO CENTRAL DO BRASIL Gerência Técnica no Rio de Janeiro - GTRJA. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2020.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 21º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL. AV. ERASMO BRAGA, 115, SALA 111 e 113 – D, CASTELO, RIO DE JANEIRO-RJ / Tel.: (21) 3133-4488 - E-mail: cap21jeciv@trj.rj.br EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO/ONLINE e INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE DANO MORAL, MOVIDA POR GLAUCO DE ARAÚJO MARIANO em face de REMIX HABITACIONAL - MULTIMÓVEIS RIO SERVIÇO DE APOIO EM GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA, CASA PRÓPRIA - COOPERATIVA HABITACIONAL, ADM SERVIÇOS DE APOIO EMPRESARIAL LTDA ROSANGELA DA SILVA GONÇALVES, ROBERTO CLAUDIO DE ANDRADE MACHADO - PROCESSO Nº 0018803-38.2014.8.19.0001, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) MARCIA DA SILVA RIBEIRO – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - REMIX HABITACIONAL - MULTIMÓVEIS RIO SERVIÇO DE APOIO EM GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA, CASA PRÓPRIA - COOPERATIVA HABITACIONAL, ADM SERVIÇOS DE APOIO EMPRESARIAL LTDA, ROSANGELA DA SILVA GONÇALVES, ROBERTO CLAUDIO DE ANDRADE MACHADO - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NAS MODALIDADES PRESENCIAL E ELETRÔNICO/ONLINE: O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do Súncio do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 27/10/2020 às 11:30h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 03/11/2020 às 11:30h. O Leilão presencial será realizado e encerrado simultaneamente na(s) data(s) e horário(s) supramencionado(s), no seguinte local: Auditório do Sindicato dos Leiloeiros, situado na Avenida Erasmo Braga, nº 227, Sala 1008 - Castelo - 20020-000. DO BEM A SER LEILOADO: Casa 5 do bloco 4 do Condomínio Chico Estevão, localizado à Rua Josefa da Veiga, nº 50, Palmeiras – Cabo Frio/RJ. Matriculado no 2º RGI de Cabo Frio sob o nº 49884 e na Prefeitura sob o nº 1845585-1. (...) VALOR: atribuo ao imóvel o valor de R\$230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais). E conforme determinação do juízo, poderá ser vendido pelo valor de 31.170,99 (Trinta e um mil, cento e setenta reais e noventa e nove centavos), conforme deferido pelo juízo às fls. 265e. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (REMIX HABITACIONAL - MULTIMÓVEIS RIO SERVIÇO DE APOIO EM GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA, CASA PRÓPRIA - COOPERATIVA HABITACIONAL, ADM SERVIÇOS DE APOIO EMPRESARIAL LTDA, ROSANGELA DA SILVA GONÇALVES, ROBERTO CLAUDIO DE ANDRADE MACHADO) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 03 de setembro de 2020. Eu, digitei ___, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo ___. (ass.) MARCIA DA SILVA RIBEIRO – Juiz de Direito.

Pedidos de recuperação judicial tiveram queda de 7% em agosto

Os pedidos de recuperação judicial tiveram queda de 7% em agosto deste ano em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de 142 para 132, de acordo com o Indicador de Falências e Recuperação Judicial da Serasa Experian. Desde abril, essa é a quinta queda consecutiva anual do índice em 2020. Em relação a julho, a retração foi de 2,2%.

As grandes empresas tiveram uma redução de 25% nos pedidos de recuperação judicial em agosto e as médias tiveram queda de 20,8%. Já as micro e pequenas empresas tiveram alta de 1% no número de pedidos de recuperação judicial. Para o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, os negócios de maior porte estão se recuperando com mais rapidez diante da retomada das atividades comerciais e de servi-

ço porque têm maior fôlego de capital de giro.

Além disso, o economista avalia que as renegociações entre credores e devedores continuam sendo o principal fator para contribuição da queda do índice. “É essencial que, além de fazer o bom uso das linhas de crédito, os empresários saibam como administrar renegociações de prazos, a fim de não cair no endividamento e, por conse-

quência, ficar com o nome sujo. Em cenários econômicos como o que temos visto, desde o começo das medidas de distanciamento social, as negociações passaram a ser mais interessantes, tanto para as empresas como para fornecedores e parceiros”, disse Rabi.

Em agosto, os pedidos de falências também tiveram queda (18,4%), passando de 125 para 102, na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

OPINIÃO DO ESPECIALISTA

Como transformar demonstrativo de lucros e perdas em inovação

É esperado buscar novas oportunidades de inovação para um negócio fora do ambiente da empresa. Nenhuma novidade até aí. Mas não se pode esquecer que, juntamente com a necessidade do usuário e a tecnologia correta para isso, é vital a nova solução ser financeiramente viável. Para isso, o P&L – sigla de Profit and Loss Statement ou, na tradução, demonstrativo de lucros e perdas – possui papel fundamental para fazer a análise da saúde financeira do empreendimento. Está aí o tripé para inovações de sucesso.

Podem parecer que o P&L nada tenha a ver com inovação. Mas o fato é que ele pode ajudar muito mais na pavimentação do caminho de qualquer empresa para o sucesso do que se imagina. Trata-se de uma fonte inesgotável de informações e insights para o desenvolvimento de novos modelos de negócio ou propostas de valor mais arrojadas.

Há, pelo menos, três formas de ampliar as funcionalidades de um P&L tradicional que podem gerar hipóteses além das previsíveis. Confira:

Receita Bruta

É o valor faturado pela venda de produtos e serviços em um determinado período. Apesar de inúmeros motivos contribuírem para a estagnação ou queda do faturamento de um negócio, muitas vezes, esse fato denota uma fragilidade em alguns pilares de inovação. Isso pode representar uma oportunidade para mudanças.

Questionamentos e oportunidades a serem considerados nesses casos:

Que novas ofertas podem ser criadas e comercializadas para o segmento de usuários atual?

Como ajustar ou criar atributos para resolver a dor dos usuários de forma mais rápida, barata e efetiva?

Que novos formatos de canais podem ser explorados e dominados para o produto / serviço?

Custo do Produto / Serviço Vendido

Como o próprio nome diz CPV / CSV é a soma dos valores diretos gastos para a produção de uma determinada oferta. É um indicador que atinge diretamente a margem bruta de um negócio. Sendo assim, quanto mais soluções ou alternativas existirem para reduzir esse valor, maior será a competitividade e saúde financeira de um modelo.

Oportunidades de inovação a serem consideradas em negócios ou mercados envolvendo altos custos:

Como expandir para novos mercados como forma de aumentar volume de vendas e diminuir o custo por unidade?

Qual a maneira de implementar sistemas de produção sob demanda para diminuir os custos com a estocagem de produtos?

De que forma utilizar a inteligência artificial para a realização de modelos preditivos que possam otimizar a precificação, nível de produção e necessidades de mão de obra?

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais (OPEX) se referem aos gastos necessários para manter o negócio em funcionamento. O valor das OPEX de uma empresa afeta diretamente sua margem líquida. Portanto, reduzir essas despesas ou mantê-las abaixo da média do mercado contribui para aumentar o retorno do negócio, sua saúde financeira e capacidade de caixa para novos investimentos.

Questionamentos que podem ser feitos para gerar oportunidades de reduzir custos ou para criar um novo modelo mais competitivo no mercado:

De que forma padronizar recursos, práticas e informações que permitam realizar o trabalho com menos?

É possível integrar os recursos e aplicações tecnológicas de forma a aumentar as eficiências internas?

Como terceirizar funções não-estratégicas a fornecedores que atuam de forma mais competitiva?

Esses são alguns exemplos de como identificar oportunidades de inovação por meio da análise de um P&L. Seja criando modelos de negócio ou aperfeiçoando modelos existentes, empreendedores e áreas de inovação de empresas podem se beneficiar muito ao buscar oportunidades “olhando para dentro” enquanto o restante do mercado está somente “olhando para a fora”.

□ Marcelo Nicolau

Sócio-diretor da Play Studio.



SINDICATO DOS PUBLICITÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária Campanha Salarial 2020/2021

O Presidente do Sindicato dos Publicitários do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os integrantes da Categoria Profissional de Publicidade: trabalhadores em Agências de Propaganda, em Empresas de Mídia Eletrônica, em Empresas de Publicidade Exterior, em Departamentos Comerciais de Rádio e Televisão, em Empresas Editoras de Listas Telefônicas e Guias Informativos e em Empresas que contratam Profissionais de Publicidade e afins de acordo com a Lei nº 4.680, associados ou não, para a Assembleia Geral Extraordinária, com a seguinte Ordem do Dia:

1 - Discussão e aprovação da Convenção Coletiva de Trabalho, para o período de 01/11/2020 a 31/10/2021, a ser enviada aos Sindicatos Patronais, cláusula por cláusula, inclusive a da Contribuição Assistencial;

2 - Autorização para a Diretoria do Sindicato celebrar Acordos Coletivos e/ou suscitar Dissídios Coletivos perante o TRT da 1ª Região, caso não haja concordância por parte dos respectivos Sindicatos Patronais.

Dia: 09 de outubro de 2020.

Local: Sede do Sindicato - Av. Beira Mar, 216 - Grupo 801 - Centro - RJ

Horário: às 13:00h em 1ª convocação e às 13h30 em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2020

José Agenilson Santos
Presidente

LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.

CNPJ/MF nº 60.869.336/0001-17 - NIRE: 33.300.32002-4

Ata da AGE realizada em 17/09/20. 1. **Data, hora e local:** Em 17/09/20, às 10h, na sede social da Cia., na Rua Saravata, 784, Marechal Hermes/RJ, CEP: 21.557-010. 2. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”). 3. **Mesa:** Norberto German Ledea, Presidente; e José Alessandro Alves da Silva, Secretário. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a nomeação e eleição do Sr. Thiago Ferro Teixeira como Diretor de Logística. 5. **Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o que segue: (i) Foi aprovada a lavratura da presente Ata na forma de sumário, assim como a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do Art. 130, §§1º e 2º da Lei das S.A.. (ii) Primeiramente, o Sr. Presidente da mesa informou a renúncia do Sr. Bruno Carlos Amaro da Costa Baptista ao cargo de Diretor de Logística, conforme carta de renúncia datada de 1º/06/20. Isto posto, o Sr. Presidente da mesa e os acionistas solicitaram a consignação em ata dos sinceros agradecimentos pelo relevante trabalho por ele realizado como administrador da Cia., dando-lhe, a Cia., quitação pelos atos de administração por ele praticados enquanto membro da Diretoria. (iii) Os acionistas aprovaram a alteração do cargo de diretoria do Sr. Thiago Ferro Teixeira, brasileiro, casado, empresário, RG 11.827.013-SSP/MG e CPF 060.670.796-40, em razão de sua indicação e eleição para o cargo de Diretor de Logística nesta ocasião, com o mandato a se encerrar juntamente ao mandato dos demais Diretores da Cia., em 30/04/21. (iv) O Diretor ora eleito declara, em termo próprio, que não está incurso em nenhum dos crimes previstos na Lei das S.A., assim como não está impedido de ocupar o cargo para o qual foi eleito, ficando desobrigado a prestar qualquer caução ou garantia, tendo sido devidamente empossado em seu cargo mediante assinatura de Termo de Posse. (v) Desta forma, a Diretoria da Cia. ficará composta, a partir da presente data, pelos seguintes membros, com mandato até 30/04/21: Sr. Rodolfo Montero Chacon, costarricense, casado, empresário, passaporte nº F796216, emitido pela República da Costa Rica, na qualidade de Diretor Presidente; Sra. Viviane Pampin Rodriguez, brasileira, solteira, empresária, RG 10119726-7 do IPR/RJ e CPF 037.435.667-02, na qualidade de Diretora Financeira; Sr. Norberto German Ledea, argentino, casado, empresário, passaporte nº AAC294972, RG RNM nº V840477S, CPF 235.710.798-76, na qualidade de Diretor Comercial; Sra. Juliana Cassilha Andrigueto Sitta, brasileira, casada, empresária, RG 1.452.631-SSP/DF e CPF 778.833.141-49, na qualidade de Diretora de Recursos Humanos e Comunicação; Sr. Adriano Romulo Leite Arantes, brasileiro, casado, empresário, RG 1.183.363-SSP/ES e CPF 046.129.137-10, na qualidade de Diretor Industrial e de Sustentabilidade; Sr. Thiago Ferro Teixeira, brasileiro, casado, empresário, RG 11.827.013-SSP/MG e CPF 060.670.796-40, na qualidade de Diretor de Logística; e Eduardo Sales Ferreira, brasileiro, casado, administrador, RG 10534573-0-IPF/RJ e CPF 082.437.537-88, na qualidade de Diretor sem designação específica, todos residentes e domiciliados no Brasil, com endereço comercial na Rua Saravata, 784, Marechal Hermes/RJ, CEP: 21.557-010. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que, após lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Assinatura mesa: Norberto German Ledea - Presidente; José Alessandro Alves da Silva - Secretário. Assinaturas acionistas: Holcim Investments (Spain) SL; Holderlin B.V., ambas p.p. Norberto German Ledea, RJ, 17/09/20. Mesa: Norberto German Ledea - Presidente, José Alessandro Alves da Silva - Secretário. Acionistas: Holcim Investments (Spain) SL - p.p. Norberto German Ledea, Holderlin B.V. - p.p. Norberto German Ledea. Juceja em 18/09/20 sob o nº 3936971. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial - ABAPI -

Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária On-line A Diretoria da ABAPI, de acordo com seus Estatutos, convoca todos os seus associados a participarem das Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária, que serão realizadas no dia 15 de outubro de 2020, em primeira convocação às 10h00, se houver quorum e em segunda convocação às 10h15, com qualquer número de associados, por meio de videoconferência, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.010 de 10/06/2020, a ser realizada via plataforma Zoom, para deliberação sobre os seguintes assuntos: **Assembleia Geral Ordinária:** Apreciação das contas, relatório e balanços referentes ao exercício de 2019, e Assuntos Gerais. **Assembleia Geral Extraordinária:** Alteração do Estatuto. A Diretoria comunica que está à disposição dos associados, para exame, o balanço, contas e respectivos comprovantes relativos aos exercícios de 2019, bem como o correspondente Parecer do Conselho Fiscal, Consultivo e de Ética que recomenda a aprovação das contas (mediante agendamento pelo e-mail abapi@abapi.org.br para apresentação em ambiente virtual).

Alvaro Loureiro
Presidente

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO EM SAÚDE CNPJ/MF – 10.939.209/0001-79

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores associados do Instituto de Educação, Pesquisa e Gestão Em Saúde (“IEPEGES”) convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 05 de outubro de 2020, às 10:00 horas, na sede social do IEPEGES na Avenida das Américas, n. 6.205, loja F, sls. 201 e 202, cidade e estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Apreciar o Relatório da administração e as contas da Diretoria relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) Apreciar as metas e diretrizes estipuladas pelo Conselho de Gestão. Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) Aprovar que o novo mantenedor do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Pró-Cardiaco (CEP-HPC) será o IEPEGES e a consequente aprovação da reforma do Estatuto Social do IEPEGES; (iv) Aprovar a complementação da constituição das receitas do IEPEGES, com a consequente reforma do Estatuto; (v) Aprovar a correção de digitação constante no parágrafo 2º do artigo 13 do Estatuto Social; (vi) Aprovar a alteração dos arts. 31, 37 e 38 do Estatuto Social, em decorrência do deferimento do pedido de cancelamento da qualificação de OSCIP; (vii) Aprovar eleição para nova composição do Conselho de Gestão do IEPEGES; (viii) Aprovar a eleição para nova composição do Conselho Fiscal do IEPEGES; (ix) Homologar o desligamento de associados, nos termos do artigo 38 do Estatuto Social do IEPEGES; e (x) Aprovar a admissão de novos associados, nos termos do artigo 27, parágrafos 2º e 4º do Estatuto Social do IEPEGES. **Informações Gerais:** Os associados deverão apresentar na sede do IEPEGES, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, com reconhecimento da firma do outorgante.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2020.

Hugo Tannus Furtado de Mendonça Filho

Presidente do Conselho de Gestão

Charles Souleyman Al Odeh - Diretor Presidente

SAMOC S/A

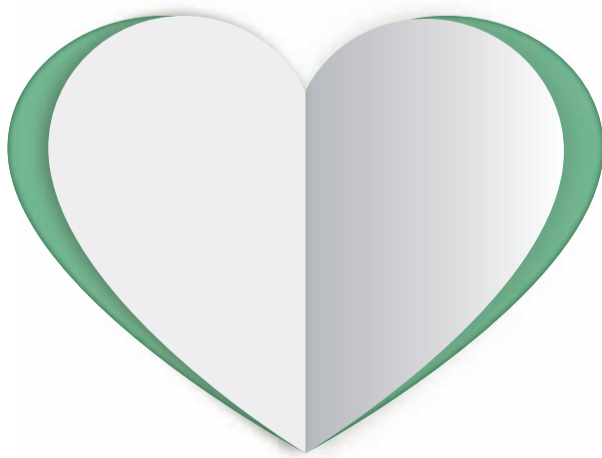
SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTO CIRÚRGICA

CNPJ Nº 33.721.226/0001-30 – NIRE: 33300135740

Edital de Convocação: Ficam os Srs. Acionistas convocados para AGO/E - AGO/AGE, a ser realizada no dia 05/10/20 às 14h em 1ª Convocação deverá conter quórum mínimo de 2/3 do capital votante na Rua Silvio Romero, 44/5º, Santa Teresa/RJ - em cumprimento ao art. 132 da Lei 6404/76 alterada pela Lei 10.303/2001, para deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: **a)** Prestação e a Provação das contas do exercício 2019; **b)** Deliberação sobre lucros e resultados; **c)** Autorização para a diretoria criar e formalizar através de suas deliberações ordinárias novas filiais para a empresa, cujo objeto social será, **a seu critério e avaliação,** para realização de prestação de serviços: médicos, cirúrgicos, de imagem, oncológico, laboratoriais e de pronto atendimento de emergência sem ou com internação nos seguintes endereços: **Tijuca:** Rua Almirante Cochrane, 216 - parte - Tijuca/RJ, **Campo Grande:** Rua José Francisco de Souza Porto, 436, Loja A, Campo Grande/RJ, **Jacarepaguá** - Rua Lopo Saraiva, 179 - salas 532/533/534/535 - Tanque/RJ; **d)** Autorização para diretoria da Samoc S/A poder através de ata de reunião de diretoria proceder com alteração de endereços das filiais sem necessidade de convocação de Assembleia específica; **e)** Em função da necessidade e determinação das autoridades públicas deliberar e fixar a data de 21/01/82 como da criação da filial Samoc S/A - situada na Av. Almirante Alexandrino, 2696 - CNPJ 33.721.226/0009-98 - nome fantasia – “**Casa de Saúde São João de Deus**” - como unidade hospitalar com atendimento médico, cirúrgico, oncológico, laboratorial, de imagens, internações de emergência e eletiva em ambiente de enfermaria ou não e CTI, destinados aos beneficiários da operadora de plano de saúde SAMOC S/A; Autorização para diretoria através de deliberação ordinária extinguir filiais que se encontrem desativadas e/ou que não possam ser regularizadas perante aos órgãos públicos, ou sejam: **Jacarepaguá** - Rua Soldado Orlando Henrique, 107, Anil/RJ - CNPJ 33.721.226/0013-74; **Santa Teresa** (55) - Rua Francisco Muratori, 55, Santa Teresa/RJ - CNPJ 33.721.226/0010-21; **Campo Grande** - Av. Manuel Caldeira de Alvarenga, 895, Campo Grande/RJ - CNPJ 33.721.226/0012-93; **São Gonçalo** - Rua Nilo Peçanha, 530, Estrela do Norte/RJ - CNPJ 33.721.226/0004-83; **Penha** - Rua Leopoldina Rego, 872, Penha/RJ. Informamos a todos que o balanço do exercício 2019 foi publicado no DOERJ em 22/07/20 e Monitor Mercantil de 22/07/20 - estando as informações a disposição dos acionistas também no setor contábil - Rua Silvio Romero, 29 - Santa Teresa - das 10h às 17h - José Roberto Scaf - Diretor Administrador.

AMAR PAPEL É FÁCIL

Porque é eficiente no aprendizado e retenção de conteúdo, além de ser agradável, relaxante e prático. 60% dos brasileiros entendem melhor o que é impresso!



A campanha LOVE PAPER é uma criação original de Two Sides. Acesse lovepaper.org.br e saiba mais.

Two Sides é uma organização global, sem fins lucrativos, criada na Europa em 2008 por membros das indústrias de base florestal, celulose, papel, cartão e comunicação impressa. Two Sides, a mais importante iniciativa do setor, promove a produção e o uso conscientes do papel, da impressão e das embalagens de papel, bem como escarcas equívocos comuns sobre os impactos ambientais da utilização desses recursos. Papel, papelcartão e papelão são provenientes de florestas cultivadas e gerenciadas de forma sustentável. Além disso, são recicláveis e biodegradáveis.



www.lovepaper.org.br



www.twosides.org.br

Apoio:



Petrobras inicia venda de dois campos de petróleo de águas profundas

Operação faz parte da estratégia da venda de 40% na GásLocal para a White Martins

A Petrobras começou nesta sexta-feira o processo de venda de dois campos de petróleo localizados em águas profundas da Bacia de Campos, com a etapa de divulgação da oportunidade (teaser). Está sendo oferecida a totalidade da participação da empresa nas concessões de Albacora e Albacora Leste.

Em Albacora, campo que produziu em agosto deste ano, uma de média 38,7 mil barris de petróleo e 716 mil metros cúbicos de gás por dia, a Petrobras tem a totalidade da operação. Já em Albacora Leste, a Petrobras é operadora com 90% de participação, enquanto a Repsol Sinopec Brasil detêm os 10% restantes. O campo produziu, em agosto deste ano, uma média de 33,3 mil barris de óleo por dia e 707 mil metros cúbicos diários.

A venda dos campos é parte da estratégia da empresa de comercializar parte de seus ativos. A Petrobras tam-

bém anunciou hoje a venda de sua participação de 40% na GásLocal, distribuidora de gás natural liquefeito (GNL) em São Paulo, para a White Martins.

O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá começar na próxima quarta-feira (30), a análise em plenário de ação que discute a possibilidade de venda de refinarias pela Petrobras sem aprovação legislativa. A data foi agendada pelo presidente da corte, Luiz Fux, segundo informação no sistema de acompanhamento processual do STF, após ele ter decidido nesta semana suspender deliberação do caso em sessão virtual na qual ministros teriam até 25 de setembro para apresentar seus votos.

O julgamento teve início após pedido das Mesas-Diretoras da Câmara dos Deputados, do Senado e do Congresso, que argumentaram que a eventual venda das refinarias iria contra uma decisão anterior do Supremo no ano passado, segundo a qual seria necessário aval do Congresso para a venda de ativos de uma empresa-matriz.

Quando a sessão virtual foi suspensa, a Petrobras tinha três votos contrários à tese defendida pela empresa e pelo governo em favor da possibilidade de

negociação dos ativos de refino sem aprovação legislativa.

Desestatizações

As discussões sobre as desestatizações ocorrem em momento em que a Petrobras tem processos avançados para venda de refinarias na Bahia e no Paraná, em meio a planos que envolvem a alienação de um total de oito ativos de refino.

Os ministros Edson Fachin, relator do caso, Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski defenderam que a empresa precisaria de aprovação do Congresso para vender as refinarias porque a operação envolve a criação de subsidiárias exclusivamente com o fim de posterior privatização.

Com a análise em plenário, os votos deverão ser reapresentados pelos ministros, em sessão a ser realizada por videoconferência. Na época da ação das mesas contra os planos da Petrobras, os ministros de Minas e Energia e da Economia divulgaram nota em que afirmaram que a privatização das refinarias está alinhada à política energética nacional e defenderam que essas transações não iriam contra entendimento do STF.

Fintech lança crowdfunding de empreendimento imobiliário

Nova realidade do trabalho remoto motivou o projeto

A Hurst Capital, fintech de investimentos alternativos para pessoa física, acaba de lançar uma oportunidade de crowdfunding (financiamento coletivo) no empreendimento Duo E-Residence, localizado no bairro da Saúde, em São Paulo. O volume total de captação é de R\$ 2,09 milhões. A taxa estimada de retorno é de 14,24% ao ano com um multiplicador do capital investido de 1,48x para um prazo de investimento estimado de 38 meses. Além da oferta de operações imobiliárias, a Hurst também atua com oportunidades de investimento em direitos creditórios, **precatórios**, ativos empresariais e royalties de músicas.

Segundo a fintech, o ticket mínimo de investimento é de R\$ 10 mil, sendo que 31% do volume da operação já foi captado nos primeiros dias de abertura. O Duo E-Residence está levando um novo conceito à região, com unidades residenciais studios e de 2 dormitórios, e com espaço destinado a coworking e loja de conveniência no pavimento térreo.

“Estamos participando exclusivamente das unidades de 2 quartos do empreendimento que estão ainda mais alinhada ao aumento de demanda por espaços apropriados a nova realidade do trabalho remoto parcial ou total”, explica o

sócio e CEO da Hurst, Leonardo Vianna.

Vianna acrescenta que o Duo E-Residence representa uma oportunidade promissora para que o investidor aproveite a fase mais rentável do ciclo imobiliário por meio da aquisição de Títulos de Dívida Conversível em Participação lastreados em um desenvolvimento imobiliário de grande porte.

Remunerações

“A operação permite que os investidores adquiram participações no empreendimento junto à incorporadora, comprando o metro quadrado com desconto que, por sua vez, será revendido durante o seu lançamento comercial”, detalha o executivo. As remunerações dos investidores serão mensais, ocorrendo a partir do lançamento comercial e evolução das vendas do empreendimento, com a maior parte da distribuição dos dividendos acontecendo na entrega das chaves e após o repasse dos recebíveis do empreendimento aos bancos comerciais.

Segundo Vianna, uma das vantagens da estruturação sob a forma de Títulos de Dívida Conversível em Participação está na proteção oferecida ao investidor em relação aos riscos ligados ao patrimônio da empresa até a conversão. Os papéis oferecem retorno mínimo de juros remuneratórios pós-fixados correspondentes a 200% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sobre o valor líquido recebido

pela sociedade proprietária do empreendimento.

O preço de venda por metro quadrado do empreendimento é corrigido pelo índice de inflação INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) que, somada ao deságio no preço de aquisição dos metros quadrados em relação ao preço de venda, formam a rentabilidade total da operação. O retorno esperado para no investimento é de 14,24% ao ano, com um múltiplo de, aproximadamente, 1,48x em um horizonte de investimento de 38 meses.

A edificação, que recebeu o Alvará de aprovação nas primeiras semanas de agosto, será erguida em uma área de 1,2 mil metros quadrados e contará com um total de 11,6 mil metros quadrados de área total construída. O lançamento comercial oficial é prevista para acontecer em setembro de 2020.

O empreendimento, possui localização privilegiada, a aproximadamente 600 metros do metrô São Judas, com rápido acesso à avenida Bandeirantes, Jabaquara e Ricardo Jafet. Também está próximo a pontos estratégicos, como o Aeroporto de Congonhas, Jardim Botânico, a São Paulo Expo Imigrantes e ao Centro Empresarial Itaú. A DUO Construtora e Incorporadora, responsável pelo desenvolvimento e construção do empreendimento, tem mais de 16 anos de história no setor, liderada pelo Marcelo Ribeiro Lopes, com mais de 30 anos de experiência no mercado de imobiliário.

GRANFINO INDÚSTRIAS GRANFINO S.A.
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ/MF nº 30.770.184/0001-30
NIRE - 3330014041-7

Convocação - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária
Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em *Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária*, na sede da Empresa, à Rua Oscar Soares nº 1525, nesta cidade de Nova Iguaçu, no dia 05 de Outubro de 2020, às 16:00 horas a fim de deliberarem sobre os Seguintes assuntos: 1. Recuperação de Ações. 2. Resgate de Ações. Nova Iguaçu, 25 de Setembro de 2020. *Renata Baroni Coelho* - Presidente.

ASSINE O
JORNAL
MONITOR
MERCANTIL

DISQUE SAÚDE 136

LAVE BEM AS MÃOS, DEDO A DEDO, COM ÁGUA E SABÃO VÁRIAS VEZES AO DIA.

CARLOS BERTOLAZZI, CHEF

A melhor receita para se proteger do coronavírus é manter as mãos limpas com água e sabão. Também vale passar álcool em gel. Fique de olho na informação correta e evite as fake news.

CORONAVÍRUS (COVID-19)

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES.

ESCANEE COM A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA INFORMAÇÕES ATUALIZADAS.

SAIBA MAIS EM **SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS** OU PELO APP CORONAVIRUS - SUS

APOIO DESTA VEÍCULO

ENQUANTO NOS EUA ELES REEMBOLSAM, NO BRASIL ELES EMBOLSAM.

NOS EUA, A INDÚSTRIA DO CIGARRO FEZ ACORDO E JÁ REEMBOLSOU AOS COFRES PÚBLICOS MAIS DE R\$ 850 BILHÕES PELOS GASTOS COM O TRATAMENTO DE DOENÇAS CAUSADAS PELO CIGARRO. NO BRASIL ELA NÃO QUER PAGAR ESSA CONTA QUE ESTÁ SENDO COBRADA NA JUSTIÇA, E QUE AJUDARIA TAMBÉM AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19.

#CONTADOCIGARRO
WWW.CONTADOCIGARRO.ORG.BR

ACT
Atuação em Saúde